



LEI COMPLEMENTAR Nº 801, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024 - D.O.18.12.2024.

Autor: Lideranças Partidárias.

Altera condição para fruição de benefício previsto na Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências, reinstituído pela Lei Complementar nº 631, de 31 de julho de 2019, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 2º, acrescentados os §§ 2º-A, 2º-B, 2º-C e 2º-D, bem como revogado o § 3º, todos do art. 8º da Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências, conforme segue:

“Art. 8º (...)

(...)

§ 2º Sobre as operações com produtos in natura, tais como milho, soja, feijão, pulses e colheitas especiais, definidos nos termos do regulamento, empacotados em embalagem de apresentação superior a 5 kg (cinco quilogramas) ou a granel, não incidirá benefício decorrente do PRODEIC, ressalvado o disposto no § 2º-B.

§ 2º-A Para os fins desta Lei, consideram-se:

- I - feijão: feijão *Phaseolus* spp. (carioca e outros) e feijão *Vigna* (Caupi);
- II - pulses: grão de bico (*Cicer arietinum*), lentilha (*Lens culinaris*) e ervilha (*Pisum sativum*);
- III - colheitas especiais: amendoim (*Arachis hypogaea*), gergelim (*Sesamum indicum*), trigo (*Triticum*), fava (*Vicia faba*), pipoca (*Zea mays everta*), mamona (*Ricinus communis*), girassol (*Helianthus annuus*), milheto (*Pennisetum glaucum*), sorgo (*Sorghum bicolor*), arroz (*Oryza sativa*), milho doce (*Zea mays* L. grupo *saccharata*), canjica (*Byrsonima orbignyana* A. Juss.), e painço (*Setaria italica*).

(...)

§ 2º-B O benefício do PRODEIC poderá ser estendido às operações com produtos a granel de que trata o § 2º deste artigo, desde que:

- I - sejam produzidos em Mato Grosso;
- II - sejam submetidos a processo de beneficiamento em estabelecimento próprio da beneficiária;
- III - o beneficiário comprove que o processo de beneficiamento ocorra em instalações próprias de unidade armazenadora e beneficiadora de grãos no Estado de Mato Grosso, mediante credenciamento específico, aprovação de vistoria in loco e demais condições previstas pelo CONDEPRODEMAT.

§ 2º-C Para os fins do disposto no § 2º-B deste artigo, será admitida a disponibilidade de unidade armazenadora e beneficiadora de grãos pertencente à condomínio de proprietários, localizado no território



Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Serviços Legislativos

mato-grossense, do qual o interessado figure como condômino.

§ 2º-D O regulamento poderá definir outros critérios e condições para concessão do benefício previsto no § 2º-B.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 17 de dezembro de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

MAURO MENDES
Governador do Estado

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.